

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS S.A., maior empresa da América Latina no desenvolvimento de software aplicativos, a 6ª maior desenvolvedora de sistemas de gestão integrada (ERP) do mundo, 1ª em países emergentes e líder absoluta no Brasil, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2012 foi mais um período de conquistas para a TOTVS, que foi capaz de combinar Crescimento, Fidelização e Margem, os três pilares estratégicos que orientam a agenda da Administração, com vista ao atingimento do objetivo de tornar a TOTVS em uma referência global em soluções de gestão flexíveis e escaláveis para empresas de diferentes estágios de maturidade. A despeito do complexo cenário macroeconômico, descrito mais adiante, a Companhia apresentou crescimento em todas as linhas de receita e aprofundou seu processo de segmentação vertical em 2012, que envolveu desde o desenvolvimento até a distribuição de suas soluções, tornando seus canais cada vez mais preparados para explorar o potencial de crescimento de mercado. Importante destacar que esse crescimento foi obtido sem perda de atenção sobre a fidelização de nossos clientes, retratada no crescimento da receita de manutenção e na estabilidade das receitas recorrentes ao longo do ano. Além da atenção à fidelização, esse crescimento também veio acompanhado de expansão de margem e de geração de caixa que, entre outros motivos, resultou de ganhos de eficiência nas diversas áreas da Companhia, em especial nas áreas de serviços e de desenvolvimento e também da desoneração de folha de pagamento decorrente do Plano Brasil Maior. Visando dar continuidade à evolução apresentada nos pilares de crescimento, fidelização e margem, a partir de 1º de Fevereiro de 2013, a TOTVS passa a contar também com a Vice-Presidência de Sistemas e Segmentos, responsável por todos os segmentos estratégicos de atuação da Companhia, estabelecendo a ligação entre o desenvolvimento dos sistemas e o cliente; a Vice-Presidência de Clientes e Serviços Focados, responsável pelos serviços de suporte e atendimento prestados pela Companhia aos seus clientes e gerenciamento de processos de qualidade de desenvolvimento de software; a Vice-Presidência de Negócios, responsável pelos negócios estratégicos da Companhia para complemento das soluções tradicionais de sistemas de gestão da Companhia, como por exemplo, as soluções em nuvem de social ECM, rede social corporativa e *mail e marketplace* do by You; e com a Vice-Presidência de Relações Humanas e Infraestrutura Organizacional, responsável pelo gerenciamento de todos os assuntos relacionados aos recursos humanos da Companhia, além de responder pelo Centro de Serviços Compartilhados e pelo suporte interno de tecnologia da informação. A Administração avalia que a TOTVS iniciou o ano de 2013 mais forte e preparada para reforçar sua liderança e capturar o crescimento do mercado brasileiro e latino-americano de software de gestão empresarial.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2012, a crise econômica europeia se aprofundou, a economia chinesa reduziu seu ritmo de crescimento e os Estados Unidos começaram a dar alguns sinais de recuperação econômica, porém ainda cercada por incertezas quanto ao tratamento de seu déficit público. Na economia latino-americana, o México, Colômbia, Peru e Chile se destacaram positivamente por seus crescimentos apresentados. No Brasil, o governo deu continuidade à redução de taxa de juros iniciada no segundo semestre de 2011, terminando o ano com a taxa Selic em 7,25% ao ano, o menor patamar já registrado pelo país. No mesmo sentido, os bancos estatais também reduziram suas taxas de juros cobradas nas operações de crédito, o que levou à redução do spread bancário praticado pelo mercado. Mesmo com a redução das taxas de juros e manutenção do nível de desemprego em patamares baixos, os índices de inadimplência apresentaram elevação e a economia brasileira reduziu seu ritmo de crescimento, encerrando o ano com crescimento do PIB estimado em torno de 1,0%, inferior aos 2,7% de 2011. Além do crescimento menor, a economia voltou a encerrar o ano com a inflação acima do centro da meta estabelecida pelo governo. Esse cenário de crescimento baixo e inflação mais elevada evidencia que a retomada da economia brasileira não depende apenas do aumento da oferta de crédito para incentivar o consumo no mercado interno. Iniciativas como a desoneração da folha de pagamento trazidas pelo Governo Federal, por meio do Plano Brasil Maior (que a partir de 2013 passa a abranger mais de 25 setores), somadas à medidas que também levam ao aumento dos investimentos em infraestrutura e educação são fundamentais para que as empresas possam ser mais produtivas e competitivas, inclusive via investimentos em tecnologia.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL CONSOLIDADO

A Companhia encerrou 2012 com Lucro líquido de R\$ 207.148 mil quebrando novamente o recorde estabelecido no ano anterior, superando em 22% o de 2011. A TOTVS alcançou EBITDA(*) (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$378.048 mil em 2012, o maior de sua história. A Companhia manteve constante crescimento em todas suas linhas de receita a despeito do momento econômico não favorável. No ano de 2012 os resultados da Companhia foram impactados pela inclusão do setor de Tecnologia da Informação no Plano Brasil Maior, que transformou a contribuição social no INSS, que incidia como uma contribuição de 20% sobre os salários, em uma tributação sobre a receita bruta menos cancelamentos da Companhia. Esta contribuição foi de 2,5% de abril a junho, quando passou para 2,0%, portanto a devida comparação do resultado com os anos anteriores deve levar em consideração de fato. Em 2012, considerando o efeito do INSS, a receita líquida totalizou R\$1.413.976 mil, o crescimento de 10,5% frente à receita não impactada do exercício de 2011. A baixa penetração do mercado de software colaborou significativamente com esse desempenho. A receita líquida de taxas

de licenciamento apresentou crescimento de 7,3% entre 2011 e 2012. Em 2012, o crescimento de taxas de licenciamento se concentrou nas vendas a clientes novos, que apresentaram crescimento de 31,3% sobre 2011, tal crescimento de vendas a clientes novos decorreu principalmente do crescimento de 30,3% do ticket médio em 2012. Vale ressaltar que esse crescimento de ticket médio de 2012 não representa uma mudança de mercado alvo, pois decorre principalmente da menor frequência de vendas de licenças a clientes de maior porte em 2011. A receita líquida de serviços cresceu 13,6% quando comparada a 2011, totalizando R\$414.871 mil. Crescimento impulsionado principalmente pelo aumento de participação dos serviços não relacionados diretamente à implementação de software, que apresentaram crescimento de 18,3% no período, representando 30,1% da receita total de serviços em 2012, ante 29,3% de 2011. A receita líquida de manutenção totalizou R\$569.681 mil em 2012, crescimento de 10,3% sobre 2011. O crescimento da receita de manutenção resultou principalmente das vendas de licenças realizadas em trimestres anteriores e pela retenção dos contratos de manutenção, que são sujeitos ao reajuste anual com base em índices de inflação pré-definidos, que na maioria dos casos é o IGP-M. Os custos e despesas operacionais excluindo depreciação e amortização cresceram 6,7% entre 2012 e 2011, crescimento inferior aos 10,5% da receita líquida, reflexo do ganho de eficiência operacional gerado pela constante melhoria de processos em diversas áreas da Companhia, bem como pela contribuição da desoneração de folha de pagamento originada pelo plano Brasil Maior. O custo das taxas de licenciamento totalizaram R\$55.969 mil, crescimento de 23,0% frente a 2011. Esta linha é principalmente influenciada pela composição das vendas do período, apresentando maior crescimento quando existe uma maior participação de soluções desenvolvidas por terceiros nas vendas do período. O custo dos serviços e vendas cresceu 6,7% frente a 2011, crescimento inferior aos 13,6% das receitas de serviços no período. Este menor crescimento frente às receitas demonstra o ganho de margem operacional bruta das operações de serviços da Companhia e é explicado principalmente por: (i) ganho de eficiência dos times de implementação das soluções comercializadas pela Companhia; (ii) desoneração da folha de pagamento pelo plano Brasil Maior; (iii) pela maior presença de serviços de maior valor agregado. As despesas de Pesquisa e Desenvolvimento cresceram 10,5% em 2012, crescimento inferior aos 10,5% da receita líquida, reflexo da desoneração da folha de pagamento e não representa uma desaceleração dos investimentos em inovação para as soluções desenvolvidas pela Companhia. As despesas com propaganda cresceram 20,0% frente a 2011, este crescimento está relacionado à retomada dos investimentos no plano de comunicação após a revisão deste plano anunciada em 2011, mantendo-se dentro da média histórica em relação percentual a receita líquida da Companhia. As despesas de vendas totalizaram R\$88.058 mil no ano, crescimento de 1,5%, este crescimento abaixo do ritmo do crescimento de vendas da Companhia é impactado principalmente pelo ganho de eficiência de vendas dos times internos da Companhia, bem como pelo impacto do plano Brasil Maior. As despesas com comissões cresceram 10,4% frente a 2011, em linha com o crescimento de receita líquida da Companhia. Essa linha é composta pelas comissões sobre vendas dos canais de distribuição da TOTVS sendo eles próprios e franquias. As despesas gerais e administrativas (DGA) cresceram 6,0% em 2012 sobre 2011, inferior ao crescimento da receita líquida no período. Tal crescimento resultou, principalmente, dos reajustes salariais, contratações do período, bem como pelo impacto do plano Brasil Maior. Os honorários da administração cresceram 2,4% entre 2011 e 2012, principalmente influenciados pela adequação do quadro de executivos da companhia e provisionamento adicional de bônus por atingimento de metas no período. A provisão de créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$23.234 mil em 2012, crescimento de 43,9%, principalmente relacionado ao atraso no pagamento de serviços de implementação e de consultoria prestados a clientes de maior porte, embora a inadimplência junto a clientes de médio e pequeno porte também tenha tido elevação ao longo do ano. É importante mencionar que o aumento das provisões para devedores duvidosos, diferentemente de anos anteriores, está principalmente relacionado às operações no mercado local. As despesas com depreciação e amortização totalizaram em 2012 R\$81.228 mil, ante R\$82.484 mil em 2011, decréscimo de 1,5%, originado principalmente de uma menor amortização de intangíveis oriundos das operações da Companhia, bem como do período de amortização de alguns destes ativos. As despesas financeiras líquidas das receitas financeiras alcançaram R\$8.623 mil, um decréscimo de 51,4% em comparação com R\$17.747 mil de 2011. Esse decréscimo decorre, principalmente, da redução do endividamento líquido da Companhia, tanto no saldo de empréstimos e financiamentos quanto no saldo de debêntures. O caixa da TOTVS em 2012 é de R\$412.408 mil, representando um aumento de 43,7% sobre a posição de R\$287.079 mil em 2011. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativos e passivos, e que não realizou nenhum tipo de operação especulativa no mercado financeiro, a não ser a geração de caixa da Companhia, que é a principal explicação para este acréscimo. O lucro líquido alcançou o recorde de R\$207.148 mil em 2012, crescimento de 22,3% em comparação com 2011. O crescimento do Lucro Líquido refletiu, principalmente, o aumento do EBITDA e a redução das despesas financeiras no período, como consequência da diminuição da dívida da Companhia. (*) O EBITDA (LAJIDA) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia finalizou o ano com 68,4% de seu capital como ações em circulação (free-float). O cálculo das ações em circulação tem como base todas as ações da Companhia, excluindo-se as participações dos administradores da Companhia, que englobam as pessoas vinculadas e empresas controladas por estes (17,8%), assim como a participação da BNDES Participações S/A (3,9%) e Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (9,9%).

Em 2012, as ações da TOTVS (BM&FBovespa: TOTS3) apresentaram valorização de 21,4% frente a valorização de 7,4% do IBOVESPA. O volume financeiro médio no ano de 2012 registrou R\$17,1 milhões/dia, contra R\$9,0 milhões/dia no ano de 2011, um acréscimo de 90,0%.

Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2012: No dia 20 de dezembro de 2012, a Companhia anunciou aos seus acionistas a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$40.200 mil, relativos ao exercício de 2012, tendo feito jus ao provento os acionistas detentores de ações de emissão da TOTVS no dia 20 de dezembro de 2012, pagos no dia 17 de janeiro de 2013. A distribuição é relativa ao exercício 2012 e o montante foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS.

Juros sobre o capital próprio referente ao exercício 2011: Em 20 de dezembro de 2011 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativos ao exercício de 2011, no montante total de R\$35.000 mil. Tiveram direito aos juros sobre capital próprio todos os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia na data base de 21 de dezembro de 2011, pagos no dia 18 de janeiro de 2012. A distribuição é relativa ao exercício 2011 e o montante será imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS.

Dividendos referentes ao exercício 2011: propostos pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2012, e aprovados em assembleia geral ordinária em 21 de março de 2012, totalizaram R\$64.511 mil, tendo feito jus ao provento os acionistas detentores de ações de emissão da TOTVS no dia 21 de março de 2012, pagos no dia 25 de abril de 2012.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Novo Mercado: a TOTVS foi a primeira Companhia de software brasileira a aderir a modalidade que atende as melhores práticas de governança corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

Conselho Administrativo: o Conselho de Administração da TOTVS é composto por 7 conselheiros, sendo 6 externos e independentes, segundo as definições do Novo Mercado. A diretoria executiva da Companhia é composta por 27 diretores. A lista com o nome, descrição de cargo e breve currículo dos conselheiros e diretores pode ser encontrada no website www.totvs.com.br.

Comitê de Auditoria: auxilia o Conselho na tarefa de conduzir da melhor maneira, e seguindo as melhores práticas de mercado, a execução da auditoria interna e externa da Companhia. Os membros são eleitos pelo Conselho de Administração, encontrando-se pelo menos 8 vezes ao ano e, atualmente, o Comitê de Auditoria possui 3 membros.

Comitê de Remuneração: auxilia o Conselho de Administração na definição das políticas de remuneração e de benefícios dos conselheiros, diretores e participantes. Importante ressaltar que hoje a empresa conta com 4 membros, sendo 2 externos.

Arbitragem: Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, o acionista controlador, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal devem comprometer-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda a estas regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, através da arbitragem. Também serão resolvidas por arbitragem as divergências quanto à alienação de Controle da Companhia.

Declaração da Diretoria: em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da TOTVS declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº 381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização dos serviços de não auditoria. No exercício de 2012, a Companhia não contratou junto a esses auditores outros trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras anuais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da TOTVS em 2012, em especial nossos participantes, clientes, parceiros e acionistas.

BALANÇO PATRIMONIAL											
31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)											
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	398.753	221.898	412.408	287.079	Obrigações sociais e trabalhistas	14	88.639	60.792	95.072	72.985
Títulos e valores mobiliários	6	10.168	28.354	10.168	28.502	Fornecedores		26.277	13.051	30.281	19.535
Contas a receber de clientes	7	306.644	234.837	333.609	295.094	Obrigações fiscais		3.091	2.712	3.518	6.544
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	(39.166)	(21.306)	(44.014)	(31.812)	Empréstimos e financiamentos	15	53.851	58.043	54.399	58.999
Tributos a recuperar	8	13.993	23.434	19.506	30.267	Arrendamento mercantil a pagar		-	169	-	181
Outros ativos		10.154	7.721	13.303	12.210	Debêntures	16	42.930	39.385	42.930	39.385
		700.546	494.938	744.980	621.340	Comissões a pagar		44.872	41.117	45.382	43.197
						Dividendos e JCP a pagar	20	49.681	40.470	49.681	40.470
Não circulante						Obrigações por aquisição de investimentos	17	1.399	31.477	1.399	31.625
Realizável a longo prazo						Outros passivos		1.312	1.841	1.354	2.610
Títulos e valores mobiliários	6	13.123	28.853	13.123	29.148		322.052	289.057	334.016	315.531	
Contas a receber de clientes	7	38.070	20.451	39.583	23.361	Não circulante					
Créditos com empresas ligadas	10, 1	2.251	18.122	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	51.068	102.799	51.068	103.969
Depósito judicial	9	37.818	25.796	58.001	49.368	Debêntures	16	99.747	131.203	99.747	131.203
Outros ativos	18	10.607	9.475	11.458	10.620	Provisão para perdas com investimentos	11	1.365	1.948	-	-
Investimentos	11	65.979	137.599	-	-	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	18	6.370	2.588	6.370	2.588
Imobilizado	12	53.961	47.286	58.089	53.793	Obrigações por aquisição de investimentos	17	13.465	32.014	13.465	32.309
Intangível	13	477.027	522.506	487.556	545.759	Outros passivos		-	(1)	2.809	2.381
		706.667	814.537	675.641	716.508		172.015	270.551	173.459	272.450	
							494.067	559.608	507.475	587.981	
Total do ativo		1.407.213	1.309.475	1.420.621	1.337.848	Total do passivo					
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19	480.598	443.702	480.598	443.702
						Reserva de capital	19	103.759	76.275	103.759	76.275
						Outros resultados abrangentes		(2.213)	(2.558)	(2.213)	(2.558)
						Reserva de lucros		262.199	173.052	262.199	173.052
						Provisões para dividendos adicionais		58.803	68.803	58.803	68.803
						Total do patrimônio líquido		913.146	749.867	913.146	749.867
						Total passivo e patrimônio líquido		1.407.213	1.309.475	1.420.621	1.337.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo número de ações e lucro por ação)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita líquida de serviços e vendas	27	1.221.576	1.050.612	1.413.976	1.279.166
Taxas de licenciamento		269.107	237.993	329.424	306.965
Serviços		299.238	224.801	414.871	365.320
Manutenção		653.231	587.818	669.681	606.875
Custos dos bens e/ou serviços vendidos		(363.807)	(287.699)	(456.820)	(421.106)
Custo das taxas de licenciamento		(50.837)	(40.980)	(55.969)	(45.506)
Custo de serviços e manutenção		(312.970)	(246.719)	(400.851)	(375.600)
Lucro bruto		857.769	762.913	957.156	858.054
Recargas (despesas) operacionais		(581.897)	(529.181)	(660.336)	(631.855)
Pesquisa e desenvolvimento		(146.700)	(138.587)	(174.332)	(175.247)
Despesas de propaganda		(30.110)	(25.500)	(33.048)	(28.290)
Despesas de vendas		(67.366)	(58.528)	(88.958)	(86.717)
Comissões		(134.762)	(118.950)	(141.014)	(127.707)
Despesas gerais e administrativas		(72.277)	(69.410)	(82.875)	(78.176)
Remuneração dos administradores	10,3	(34.247)	(31.287)	(35.046)	(34.220)
Depreciação e amortização	12/13	(75.324)	(75.649)	(81.228)	(82.484)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(20.787)	(8.727)	(23.234)	(16.145)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(324)	(2.543)	(607)	(2.869)
Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial		275.872	233.732	296.820	226.199
Recargas financeiras	23	40.699	34.318	45.415	40.527
Despesas financeiras	23	(51.802)	(55.560)	(54.038)	(58.274)
Resultado da equivalência patrimonial	11	9.343	(7.025)	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Lucro antes tributação imposto de renda e contribuição social		274.112	205.465	288.197	208.452
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	12/13	75.324	75.649	81.228	82.484
Pagamento baseado em ações	22	9.004	9.599	9.004	9.599
Baixa de					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A TOTVS S.A. e suas controladas, (a seguir designada "TOTVS", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Braz Leme, 1631 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implementação, consultoria, assessoria e manutenção, e eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo Enterprise Resource Planning (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administrativa, financeira, operacional, industrial, recursos humanos e de atendimento a clientes. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TOTVS foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2013. Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não resultarem precisamente os totais apresentados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo incorporação de subsidiárias conforme detalhado na Nota 3. Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como números de clientes, ticket médio, market share, entre outros, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de Preparação - As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de cálculo pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TOTVS S.A. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão detalhadas na Nota 2.23. (a) Demonstrações financeiras consolidadas - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). (b) Demonstrações financeiras individuais - As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece a participação na controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controladora adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. (v) Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2012 e 2011, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação nos resultados de cada subsidiária. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Table with 5 columns: Razão Social, Sede, Denominação Utilizada, % de Participação (31.12.12, 31.12.11). Lists various subsidiaries like TOTVS Rio Software Ltda., TOTVS Nordeste Software Ltda., etc.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações de sua conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. 2.4. Imobilização por Pagamento - Em função da concentração de suas atividades em desenvolvimento e comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, e eles relacionados a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com garantia de recompra por parte do emissor do título. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5. 2.6. Instrumentos financeiros - Classificação - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo pelo resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado se, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado, os ajustes de conversão acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsas) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. O reconhecimento de informações geradas pela metodologia de mercado e o contarm o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. 2.7. Contas a receber de clientes - Estão apresentadas as valores a receber, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das Demonstrações Financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso (vide nota 7). 2.8. Investimentos em controladas - Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R11 (IAS 28), para fins de Demonstrações Financeiras consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionadas das mudanças

após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade líquida (goodwill) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa a que pertence. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da coligada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Demonstrações Financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. 2.9. Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhuma benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada período contábil e quando ocorrerem alterações significativas. Ativos imobilizados em função do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa. Considerações sobre a adoção do método de custo: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; (iv) a Companhia possui contratos eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e, (v) as taxas de depreciação utilizadas apresentam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. 2.10. Intangível - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados (TQTVD - desenvolvimento de produtos (vide nota 13.1.b)), não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteiras de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados à combinação de negócios da Companhia e de suas controladas, desdobrados para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são avaliados em função da vida definida são revisados no início de cada período contábil. Mudanças na vida útil esperada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de estimativas no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar a necessidade de redução ao valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com termos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor: a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura - Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. b) Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em cada período contábil, para perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente e no nível da unidade geradora de caixa, conforme caso de perda por redução ao valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 13). 2.12. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do instrumento de título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, principal, risco de crédito, etc.) e o custo de mercado de uma opção. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remunerado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.13. Pagamento baseado em ações - A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a ser empregados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. 2.14. Outros benefícios a empregados - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada - contribuição definida administrada por seguradora (Nota 24), benefícios com base em ações (Nota 22). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. 2.15. Provisões - As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que seja exigidos os pagamentos e o valor presente líquido da obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.16. Dividendos e juros sobre capital próprio - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final de exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. 2.17. Outros ativos e passivos - Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Despesas de juros são reconhecidas nos resultados e os juros implícitos são adicionados a esses ativos e passivos são deduzidos com o intuito de reconhecer a sua conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas. O custo de juros implícitos é reconhecido durante o exercício de 2012 ficaram entre 6,6% e 11,2%, (10,75% e 12% em 2011). As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: Clientes, Fornecedores, Comissões e Obrigações por Aquisição de Investimentos (todos com vencimentos a longo prazo). 2.19. Capital Social - O capital social da Companhia é composto unicamente por ações ordinárias. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de títulos de subscrição. 2.20. Receitas e Despesas - A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (help desk). As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando todos os itens abaixo são cumulativamente atingidos: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e, v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas de acordo com os serviços não realizados. As receitas relativas à produção e distribuição de energia e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas relativas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e senta a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas. O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços de manutenção é composto principalmente de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas à inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. 2.21. Tributação - Impostos sobre vendas - As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a certos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; e • Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2,5% e 2%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Impostos diferidos - Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o balanço de ativos e passivos líquidos; e • Sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas que, no período da conversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no

futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, descrito no plano de pagamento das empresas do setor de Tecnologia da Informação, entre outros segmentos, utilizando a base de cálculo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços, pela alíquota de 2,5% a partir de abril de 2012 e 2,0% a partir de agosto de 2012, o qual incide anteriormente sobre a folha de pagamento da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo, conforme descrito na nota explicativa número 27. O ajuste efetuado considera os valores apurados desde a data de vigência da referida lei, ou seja, 1º de abril de 2012. 22. Lucro por ação - A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). 22.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos - A preparação das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e Premissas - As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: (i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. (ii) Transações com Pagamentos Baseados em Ações - A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações, baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga a executivos. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22. (iii) Impostos - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, poderiam existir ajustes futuros na receita e despesas de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis inconformidades de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal respectiva. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. (iv) Valor Justo de Instrumentos Financeiros - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam em aqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (vide nota 4). (v) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas. - A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável; conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. 2.24. IFRS: novas normas e interpretações do IASB - As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/IFRIC mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e sua aplicação não resultará em alteração das informações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia. • IAS 19 - "Benefícios da Companhia", alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações dessa norma na Empresa são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuais em outros resultados abrangentes ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquido, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia não mantém benefícios pós-emprego, benefícios de desligamento ou outros benefícios de longo prazo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a alteração de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 e não resultará em impactos na companhia. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia. • IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e não resultará em alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia. • IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação ao uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Combinações de negócios

3.1. Aquisição de controladas - Em 2012 a TOTVS não adquiriu novas participações. Em 04 de janeiro de 2011 a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENSTECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENST"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENVS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde. A transação envolve o montante de R\$ 17.810, vide detalhes abaixo:

Empresa: Genst Tecnologia e Informática Ltda. Desenvolvimento de software no segmento saúde.

Table with 4 columns: Data da Incorporação, Ativo Circulante, Ativo Total, Passivo Circulante. Rows: IOSSTS, Mafipa, Setware, MZS.

Table with 4 columns: Data da Incorporação, Ativo Circulante, Ativo Total, Passivo Circulante. Rows: BCS Comércio, Gens (FDEs), Midbyte, TOTVS Servicos, TotalBanco Participações.

Table with 4 columns: Data da Incorporação, Ativo Circulante, Ativo Total, Passivo Circulante. Rows: YMF, Tools, Hery, Gens, TotalBanco Participações.

(a) O valor será pago em 5 parcelas com vencimento em 28 de Fevereiro de 2012 à 2016.

3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas - Em 2012 a TOTVS não adquiriu novas participações. Em 31 de março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. ("TOTALBANCO").

Acervo líquido incorrido pelo período da incorporação

Table with 6 columns: Data da Incorporação, Ativo Circulante, Ativo Total, Passivo Circulante, Passivo não Circulante, Companhia. Rows: IOSSTS, Mafipa, Setware, MZS, BCS Comércio, Gens (FDEs), Midbyte, TOTVS Servicos, TotalBanco Participações, YMF, Tools, Hery, Gens, TotalBanco Participações.

Conforme protocolo de incorporação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2011.

2012 e 17 de maio de 2012 e 29 de novembro de 2012, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por peritos que emitiram os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido das sociedades com data base de 29 de fevereiro de 2012, 22 de abril de 2012 e 29 de novembro de 2012. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS e TOTVS Nordeste. As controladas Setware e M2s eram controladas indiretas e foram incorporadas pela TOTVS Nordeste. Em 02 de setembro de 2011, a Companhia incorporou os acervos líquidos, a valor contábil, das controladas demonstradas no quadro abaixo:

	Ativo Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Acervo líquido incorporado pela Companhia
RO	6.274	6.593	383	166	6.044
Look	-	-	-	-	-
BCS Sistemas	-	32	-	-	32
BCSFLEX	-	100	-	-	100
HBA	4	4	-	-	4
Datasul Paranaense	6.623	6.770	3	-	6.767
SRC	-	-	-	-	-

Conforme protocolo de incorporação aprovado em AGE de 31 de dezembro de 2011, os acervos líquidos das controladas foram avaliados por empresa especializada que emitiu os respectivos laudos de avaliação do patrimônio líquido ao valor contábil das sociedades com data base de 31 de agosto de 2011. As variações patrimoniais ocorridas entre 31 de agosto de 2011 e a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela TOTVS.

4. Instrumentos Financeiros e Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros - A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe, do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações Financeiras:

	Empréstimos e Recebíveis		Mantidos até o vencimento		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Instrumentos Financeiros Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	412.408	287.079	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	23.291	57.650	-	-
Contas a Receber, líquidas	329.178	286.643	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	24.761	22.830	-	-
Total	741.586	573.722	48.052	80.480	-	-
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	105.467	163.149
Debêntures e prêmio de não conversão	-	-	-	-	130.369	157.111
Valor justo das debêntures conversíveis	-	-	-	-	12.308	13.477
Contas a pagar e fornecedores	-	-	-	-	100.527	126.666
Outras obrigações	-	-	-	-	4.163	4.991
Total	-	-	-	-	352.834	465.394

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. • Títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. • A parcela das debêntures conversíveis tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16. b) Mensuração do valor justo - A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos para os quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado, sejam observáveis, direta ou indiretamente; e c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não observem mercado ativo.

	Ativos Financeiros		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações Financeiras	-	381.055	-
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	-	105.467	-
Debêntures	-	-	130.369
Valor justo das conversões futuras	-	-	12.308

c) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros - Os instrumentos financeiros da Companhia são de custo, apurados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se aproximam dos valores de mercado. Durante o exercício de 2012, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (3ª tranche - 15%) em ações da Companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (4ª e última tranche - 15% em 2013). Além do valor justo das conversões futuras, 15% dos 60% passíveis de conversão, a Companhia provisionou os 40% restantes do prêmio de não conversão das debêntures em ações. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações em obrigações. Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que possibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos. Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 31 de dezembro de 2012		Risco	Cenário		
	Provável (I)	Cenário II		Cenário III		
Aplicações financeiras	381.055	-	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
Receita financeira	-	-	-	27.626	20.729	13.832

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldos em 31 de dezembro de 2012		Risco	Cenário		
	Provável (I)	Cenário II		Cenário III		
Financiamentos - BNDES	-	-	-	6.855	8.174	9.492
Taxa sujeita à variação	105.367	-	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Debêntures	130.469	-	TJLP	12.788	13.410	14.032
Taxa/índice sujeitos às variações	-	-	IPCA	5,50%	6,87%	8,25%
	-	-	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. d) Gestão de Risco Financeiro - Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: a) Risco de Liquidez - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (I)	Entre dois e cinco anos (I)	Acima de cinco anos (I)
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	26.277	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	42.930	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	1.312	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	13.051	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	51.678	-	-	-
Debêntures	39.395	-	116.274	14.929
Obrigações por aquisição de investimentos	31.477	23.648	8.366	-
Outros passivos	1.840	-	-	-
		Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (I)	Entre dois e cinco anos (I)	Acima de cinco anos (I)
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	30.281	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	54.643	-	-
Debêntures	-	-	99.747	-
Obrigações por aquisição de investimentos	11.399	5.044	8.421	-
Outros passivos	4.163	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	19.535	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	52.848	-	-	-
Debêntures	39.395	-	116.274	14.929
Obrigações por aquisição de investimentos	31.625	23.943	8.366	-
Outros passivos	1.354	2.809	-	-

i. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. b) Risco de Crédito - Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras. O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado, avaliadas com rating de risco de no mínimo BBB. c) Risco de Mercado - i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem variar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas não possuem contratos com derivativos (hedge) cambial para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas. d) Operações com derivativos - Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos. e) Gestão de capital - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	247.596	331.599	248.144	333.737
Obrigações por aquisição de investimentos	24.864	63.491	24.864	63.934
(-) Caixa e equivalente de caixa	(398.753)	(221.898)	(412.408)	(287.079)
(-) Títulos e Valores mobiliários	(23.291)	(57.207)	(23.291)	(57.650)
Dívida líquida	(149.584)	115.985	(162.691)	52.942
Patrimônio líquido	913.146	749.867	913.146	749.867
Patrimônio líquido e dívida líquida	763.562	865.872	750.455	802.809

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Disponibilidades	25.732	15.802	31.353	33.169
Equivalentes de caixa	373.021	208.096	381.055	253.910
Operações compromissadas	278.839	132.125	286.474	166.429
CDB	93.672	73.971	94.071	87.034
Fundos DI	510	-	510	447
	398.753	221.898	412.408	287.079

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da Carteira do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Títulos e valores mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), compostas de operações de CDB com compromisso de recompra pelo banco, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
YMF Participações	-	2.383	-	2.383
Gens	-	578	-	578
Tech Prod	450	889	450	1.332
Tools	1.711	1.548	1.711	1.548
Datasul MG	2.012	1.802	2.012	1.802
Datasul Saúde MG	641	641	641	641
TotalBanco	1.383	1.900	1.383	1.900
Hery	2.549	3.505	2.549	3.505
ERP Cedente	261	476	261	476
SRC	4.325	32.390	4.325	32.390
Matipa	1.302	2.614	1.302	2.614
Gens FDES	8.361	7.677	8.361	7.677
Outras	296	804	296	804
	23.291	57.207	23.291	57.650
Ativo circulante	10.168	28.354	10.168	28.502
Ativo não circulante	13.123	28.853	13.123	29.148

7. Contas a receber de clientes

A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Mercado interno	344.714	255.288	364.100	305.004
Mercado externo	-	-	9.092	13.451
	344.714	255.288	373.192	318.455
Ativo circulante	306.644	234.837	333.609	295.094
Ativo não circulante	38.070	20.451	39.583	23.361

O contas a receber de clientes "mercado externo" se referem, substancialmente por vendas de suas controladas no exterior na Argentina: R\$ 3.986; México: R\$ 4.508; Portugal: R\$ 532; e, USA RS 66 (Em 2011 Argentina: R\$ 4.430; México: R\$ 8.346; Portugal: R\$ 616 e USA: R\$ 59), convertidos a taxa de final de período. A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
A vencer	268.514	206.382	287.946	243.826
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	17.831	11.104	19.208	13.545
de 31 a 60 dias	7.610	3.160	8.243	5.330
de 61 a 90 dias	4.822	2.623	5.760	2.109
de 91 a 180 dias	5.428	7.140	6.189	9.921
de 181 a 360 dias	1.343	2.607	1.786	9.350
	-	516	46	2.562
	305.548	233.982	329.178	286.643

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do ano	21.306	16.221	31.812	20.900
Complemento de provisão no exercício	20.787	8.727	23.234	16.145
Valores baixados da provisão:	(2.927)	(3.642)	(11.032)	(5.233)
Saldo em 31 de dezembro	39.166	21.306	44.014	31.812

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
TOTVS México	1.365	1.846
EuroTOTVS	-	102
	1.365	1.948

A Companhia desenvolveu um plano de recuperação de rentabilidade para as operações no México o qual está em fase de implementação.

Referente às operações na Europa a Administração decidiu por encerrar suas operações e passa a administrar seus negócios naquela região por meio de sua estrutura no Brasil

	31.12.2011	Adição	Equivalência Patrimonial	Varição Cambial	Dividendos	Incorporação	Reclassificação	31.12.2012
TOTVS Rio	17.563	-	5.808	-	-	-	-	23.371
TOTVS Nordeste	8.929	-	(746)	-	-	-	-	8.183
TOTVS Argentina	4.063	4.665	(4.038)	126	-	-	-	4.816
TOTVS Corporation	2.212	-	4	184	(2.399)	-	(1)	-
TOTVS Inc.	1.079	4.615	(2.557)	62	-	-	-	3.199
EuroTOTVS	-	-	-	-	-	-	259	259
IOSSTS	6.358	-	4.159	-	(3.358)	(7.159)	-	-
Midbyte	5.564	-	1.066	-	(3.664)	(2.965)	(1)	-
BCS Comércio	5.752	-	996	-	(2.488)	(4.260)	-	-
Datasul Argentina	1.334	-	48	(164)	-	-	-	1.218
YMF	33.909	-	7.215	-	-	(41.124)	-	-
Tools	6.741	-	4.301	-	-	(11.043)	1	-
TQTVD	17.786	4.290	(3.168)	-	-	-	-	18.908
TotalBanco	7.167	-	3.484	-	-	(10.652)	1	-
TOTVS Brasília	599	6.562	(2.231)	-	-	-	1	4.931
Hery	2.856	-	1.620	-	-	(4.475)	(1)	-
TOTVS Serviços	13.907	817	(1.245)	-	-	(13.479)	-	-
Datasul México	900	-	34	160	-	-	-	1.094
Gens	880	-	779	-	-	(1.659)	-	-
Soma Investimentos	137.599	20.949	15.529	368	(11.909)	(96.816)	259	65.979
TOTVS México	(1.846)	5.273	(4.910)	118	-	-	-	(1.365)
EuroTOTVS	(102)	1.595	(1.276)	42	-	-	(259)	-
Soma provisões para perdas	(1.948)	6.868	(6.186)	160	-	-	(259)	(1.365)
Total Investimentos	135.651	27.817	9.343	528	(11.909)	(96.816)	-	64.614

12. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo ou avaliação	Controladora					Total do ativo imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Adições	19.584	1.271	1.562	6.849	6.753	36.019
Baixa	(4.041)	(1.791)	(453)	(707)	(1)	(6.993)
Transferência	(9.775)	1	-	-	(1)	(9.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	53.065	6.603	7.941	10.482	13.701	91.792
Adições	9.588	3.237	508	1.895	1.803	17.031
Incorporação	5.595	139	738	131	303	6.906
Baixa	(1.979)	(1.909)	(66)	(5)	-	(3.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	66.269	8.070	9.121	12.503	15.807	111.770
Depreciação	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(8.516)	(1.200)	(632)	(565)	(1.003)	(11.916)
Depreciação no exercício	3.384	911	357	641	(1)	5.292
Baixa	4.867	(1)	-	-	1	4.867
Transferência	(29.814)	(3.303)	(3.365)	(2.605)	(5.419)	(44.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(6.679)	(1.170)	(775)	(1.067)	(952)	(12.643)
Depreciação do exercício	(3.951)	(85)	(377)	(23)	(78)	(4.514)
Incorporação	2.567	1.007	214	17	49	3.854
Baixa	(39.877)	(3.551)	(4.303)	(3.678)	(6.400)	(57.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.392	4.519	4.818	8.825	9.407	53.961
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.251	3.300	4.576	7.877	8.282	47.286
Saldos em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Custo ou avaliação	Consolidado					Total do ativo imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Adições	21.892	1.362	1.529	6.029	6.577	37.389
Baixas	(4.289)	(1.876)	(434)	(706)	(1)	(7.306)
Transferências	(10.442)	-	-	-	(2)	(10.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	62.537	7.331	9.599	10.918	14.557	104.942
Adições	15.961	3.686	1.478	2.102	2.607	25.834
Baixas	(7.707)	(2.209)	(858)	(179)	(305)	(11.258)
Varição cambial	(76)	9	41	-	24	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	70.715	8.817	10.260	12.841	16.883	119.516
Depreciação	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(10.926)	(1.370)	(831)	133	(1.133)	(14.127)
Depreciação do exercício	4.007	1.027	416	653	268	6.371
Baixa	5.455	(23)	(70)	12	-	5.374
Transferência	(34.857)	(3.687)	(4.254)	(2.737)	(5.614)	(51.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(9.947)	(1.277)	(978)	(1.109)	(1.036)	(14.347)
Depreciação do exercício	2.648	1.146	266	43	1	4.104
Baixa	(132)	7	108	(19)	-	(35)
Varição cambial	(42.288)	(3.811)	(4.858)	(3.821)	(6.649)	(61.427)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	28.427	5.006	5.402	9.020	10.234	58.089
Saldos em 31 de dezembro de 2011	27.680	3.644	5.345	8.181	8.943	53.793
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Demonstrações Financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2012.

13. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Custo ou avaliação	Controladora					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896
Adições	2.252	-	-	8.405	-	16.538
Baixas	-	-	-	-	(686)	(1)
Transferências	9.775	-	-	(1)	-	2
Saldos em 31 de dezembro de 2011	169.426	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435
Adições	5.289	-	-	-	3.000	8.289
Incorporação	9.973	1.624	-	3.273	-	14.870
Baixas	(2.757)	(462)	-	-	(2.086)	(5.305)
Transferências	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	181.932	63.149	83.222	204.316	14.928	339.435
Amortização	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.540)	(6.419)	(134.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(16.039)	(4.093)	(18.652)	(22.494)	(2.455)	(63.733)
Amortização do exercício	4.867	1	-	-	(2)	-
Baixa	(58.351)	(14.508)	(63.729)	(66.944)	(8.876)	(134.214)
Transferência	(18.892)	(4.165)	(14.469)	(22.335)	(2.820)	(346.622)
Amortização do exercício	(4.600)	(433)	-	(1.267)	-	(6.300)
Baixa	3.072	489	-	-	2.086	5.647
Transferência	1	-	-	(1)	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(78.770)	(18.617)	(78.198)	(90.547)	(9.609)	(134.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.162	44.532	5.024	113.769	5.319	205.221
Saldos em 31 de dezembro de 2011	111.075	47.479	19.493	134.099	5.139	205.221
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682
Amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	10% a 20%	

Custo ou avaliação	Consolidado					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058
Adições	261	(3)	-	6.331	358	9.964
Baixas	1.875	(37)	-	(1.046)	(1.024)	(3)
Transferências	10.443	-	1	(1)	(2)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2011	181.384	63.611	83.222	210.753	29.239	341.021
Adições	6.022	-	-	800	3.000	9.822
Baixas	(3.419)	(521)	-	(800)	(2.086)	(6.826)
Varição cambial	(849)	70	-	459	-	(820)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	183.138	63.160	83.222	211.212	30.153	341.021
Amortização	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(16.940)	(4.201)	(18.652)	(23.251)	(5.313)	(68.357)
Amortização do exercício	(1.654)	4	-	148	-	(1.502)
Baixa	(5.374)	-	-	-	(1)	(5.374)
Transferência	(64.260)	(14.878)	(63.729)	(69.788)	(15.987)	(134.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(19.333)	(4.255)	(14.469)	(23.223)	(5.601)	(66.881)
Amortização do exercício	3.072	521	-	-	2.086	5.679
Baixa	589	(5)	-	(261)	-	323
Varição cambial	(79.932)	(18.617)	(78.198)	(93.272)	(19.502)	(134.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.206	44.543	5.024	117.940	10.651	206.192
Saldos em 31 de dezembro de 2011	117.124	48.733	19.493	140.965	13.252	206.192
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228
Amortização anual	10% a 16,7%	8,00%	20% a 50%	10% a 12,5%	10% a 20%	

13.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios - Não houve movimentação em ágios no exercício de 2012. A composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e a movimentação no exercício de 2011 são apresentadas conforme segue:

Incorporada	31.12.10	Adições	Reavaliações	31.12.11	31.12.12
	RM	90.992	-	-	90.992
Logo Center	5.703	-	-	5.703	5.703
TOTVS BMI	2.053	-	-	2.053	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	1.765
IOSSTS	2.643	-	-	2.643	2.643
BCS	11.821	-	-	11.821	11.821
Datasul	30.084	-	-	30.084	30.084
Setware	961	-	-	961	961
Hery	2.927	-	-	2.927	2.927
TotalBanco (b)	7.523	-	(1.515)	6.008	6.008
M2S	12	-	-	12	12
SRC	33.688	-	-	33.688	33.688
Maflpa (b)	6.056	-	(4.861)	1.195	1.195
Gens FDES (a)	-	16.340	-	16.340	16.340
	196.228	16.340	(6.376)	206.192	206.192

(a) Combinação de negócios 2011; (b) Empresa adquirida no final de 2010 com alocação de intangíveis no exercício de 2011. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa descontado a valor presente e custo de reposição. Para a

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	18.070	-	18.365
2014	4.763	5.578	4.763	5.578
2015	3.526	3.835	3.526	3.835
2016	5.176	4.531	5.176	4.531
Passivo não circulante	13.465	32.014	13.465	32.309

Os valores registrados no passivo não circulante são ajustados a valor presente pela taxa de 11,2% a.a. em 2012 (11% em 2011).

18. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a) Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais - A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Tributárias	687	686
Cível	958	621
Trabalhistas	4.725	1.281
	6.370	2.588

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	Tributárias		Trabalhistas		Cíveis		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	545	-	3.603	-	1.728	-	5.876
(+) Complemento de provisões	18	124	124	551	693	551	693
(+) Atualização monetária	123	512	512	130	765	130	765
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(2.958)	(2.958)	(1.788)	(4.746)	(1.788)	(4.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	686	1.281	621	2.588	3.176	3.176	2.588
(+) Complemento de provisões	-	3.201	316	3.517	316	3.517	3.517
(+) Atualização monetária	1	243	21	265	21	265	265
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	687	4.725	958	6.370	3.176	6.370	6.370

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados na Companhia de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Previdenciárias	2.575	3.470
Tributárias	1.958	792
Trabalhistas	2.689	197
Cíveis	611	-
	7.831	4.459

Detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue: **Tributárias** - A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão reconhecida para essas demandas judiciais totalizam R\$5533 (R\$ 465 em 2011), e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2012 totalizam R\$ 870 (R\$ 771 em 2011). **Cíveis** - A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de R\$ 958 (R\$ 621 em 2011). **Trabalhistas** - A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$ 4.725 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.281 em 2011). **b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")** - Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Previdenciárias	17.935	17.218
Tributárias	20.018	21.146
Cíveis	52.841	37.000
Trabalhistas	8.466	8.997
	99.260	84.361

A seguir o resumo das principais ações em andamento: **Previdenciárias** - A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexistência da NFLD, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$ 3.862 (R\$ 9.014 até 31 de dezembro de 2012 e R\$ 8.762 atualizados até 31 de dezembro de 2011). A referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau. Em 23 de junho de 2010, foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 6.382 atualizados até 31 de dezembro de 2012 e R\$ 6.031 em 2011) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário. A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal. **Tributárias** - Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrada pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$ 3.628 (R\$ 5.123 atualizado até 31 de dezembro de 2012, R\$ 4.869 em 2011), relativos a questionamentos por ter-se deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro da tributação, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal. A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativos ao período de 1996 a 2000, no valor inicial de R\$ 804 (R\$ 7.297 atualizados até 31 de dezembro de 2012 e R\$ 6.847 em 2011). As autuações foram mantidas na esfera administrativa, uma vez que a Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo. **Cíveis** - Os processos de natureza cível classificados como de perda possível referem-se principalmente a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços de implantação dos sistemas adquiridos. O valor dessas ações totalizam R\$ 52.841 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 37.000 em 2011) e os recursos necessários já impetrados pela Companhia. **c) Legislação vigente** - De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era composto por 161.629.945 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (159.466.791 em 2011), conforme demonstrado abaixo:

	31.12.12		31.12.11	
	Ações	%	Ações	%
LC EH Participações e Empreendimentos S/A	26.760.990	16,56%	26.760.990	16,78%
Fundação Petróbras de Seguridade Social - Petros	16.042.359	9,93%	14.520.987	9,11%
BlackRock Inc.	8.102.220	5,01%	8.408.600	5,27%
BNDES Participações S/A	6.319.048	3,91%	8.344.447	5,23%
Laércio José de Lucena Cosentino	1.766.265	1,09%	1.580.180	0,99%
Ernesto Mário Haberkorn	16.810	0,01%	16.810	0,01%
CSHG Senta Pua Fia	43.500	0,03%	43.500	0,03%
Outros	102.578.753	63,47%	99.791.277	62,58%
Total	161.629.945	100,00%	159.466.791	100,00%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 540.000. Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas. Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da Companhia, em 19 de agosto de 2012, o conselho de Administração da TOTVS aprovou a emissão de 1.267.849 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 23,66052 por ação, com consequente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.998.

b) Reservas de capital - Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram compostos da seguinte forma:

	31.12.12		31.12.11	
	R\$	%	R\$	%
Reserva de ágio (a)	31.557	19,52%	31.557	19,81%
Reserva de ágio por incorporação	14.330	8,87%	14.330	8,99%
Debêntures convertidas em ações (valor justo) (nota 16)	32.198	20,54%	13.718	8,59%
Plano de outorga de ações (nota 22)	25.674	16,47%	16.670	10,46%
	103.759	64,40%	76.275	48,85%

(a) A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005. A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para: i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; ou v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada. **c) Reserva legal** - A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

20. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Em 20 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 40.200 (R\$ 35.000 em 2011), a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Controladora	
	31.12.12	31.12.11
Lucro líquido do exercício da controladora	207.148	168.903
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(10.357)	(8.445)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	196.791	160.458

	31.12.12		31.12.11	
	R\$	%	R\$	%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	49.198	25,00%	40.115	25,00%
Dividendos adicionais propostos pela Administração	68.803	34,99%	59.396	37,03%
Dividendos propostos pela Administração	118.001	59,99%	99.511	61,97%

Forma de pagamento:	31.12.12		31.12.11	
	R\$	%	R\$	%
Juros sobre o capital próprio	40.200	33,98%	35.000	35,23%
Dividendos	77.801	66,02%	64.511	64,77%
	118.001	100,00%	99.511	100,00%

Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido: Dividendos referentes ao exercício anterior: Dividendo mínimo obrigatório do exercício: Total de dividendos subtraídos do patrimônio líquido: Quantidade de ações em 31 de dezembro: Dividendo e juros sobre o capital próprio por ação - em reais:

	31.12.12		31.12.11	
	R\$	%	R\$	%
O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 49.681 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 40.470 em 2011) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos em excesso a esse mínimo como reserva de dividendos em linha especial na demonstração do patrimônio líquido. A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2012 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$ 250.030 (R\$ 171.240 em 2011), para as aplicações demonstradas abaixo:	161.629.945	100,00%	159.466.791	100,00%
Aplicações:	0,73	0,45%	0,62	0,39%

Projeto de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento. Total das aplicações: Fontes: Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro: Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais do próximo ano (não auditado): Total das fontes:

	31.12.12		31.12.11	
	R\$	%	R\$	%
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro	250.027	15,84%	171.240	10,73%
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais do próximo ano (não auditado)	174.352	10,79%	177.748	11,15%
Total das fontes	424.379	26,63%	348.988	21,88%

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2012, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Itaú Seguros S.A.	13/6/2012	13/6/2013	50.000	149.770
Responsabilidade Civil Geral	Itaú Seguros S.A.	13/6/2012	13/6/2013	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2012	7/1/2013	1.150 /por veículo	Tabela FIPE (*)

(*) Valor de mercado determinado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

22. Plano de outorga de opção de ações

O Plano de Incentivo baseado em Ações da Companhia tem por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores da TOTVS ou de outras sociedades sob o seu controle possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de Opção de compra de Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de "Programa de Sócios", que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, cabendo-lhe definir (i) os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios; (ii) o número total de opções de cada tipo, observado o disposto na Cláusula 5.º do Ato, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente; (iii) as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário; (iv) a forma e o prazo do pagamento do preço de exercício das opções. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. Os principais eventos relacionados aos planos, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Nº	Data	Quantidade de opções (*)	Preço de exercício (R\$)	Precificação de opções (R\$)	Premissas valor justo		
					Dividendos	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco
1º	30.01.08	1.350.285	R\$ 9,23	2,40%	37,94%	11,75%	3 anos
2º	22.01.09	912.775	R\$ 7,21	3,30%	38,54%	11,25%	3 anos
3º	22.01.10	1.776.575	R\$ 23,36	1,97%	37,37%	10,75%	3 anos
4º	30.11.10	1.854.210	R\$ 30,38	2,00%	37,37%	10,75%	2 a 4 anos
5º	12.08.12	500.000	R\$ 25,67	2,00%	34,60%	10,75%	2 a 4 anos
6º	13.02.12	50.000	R\$ 30,47	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos
7º	01.06.12	40.000	R\$ 35,00	1,92%	32,82%	10,00%	3 anos

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

A movimentação das opções no período é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo de opções de compra no início do exercício	4.091.480	5.190.780
Movimentações:		
Exercícios	(882.020)	2.46
Concedidas	90.000	11,35
Canceladas	(159.805)	10,03
Saldo de opções de compras no fim do exercício	3.139.655	4.091.480

Em 31 de dezembro de 2012 existiam 119.530 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 1ª outorga. O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.004 (R\$ 9.599 em 31 de dezembro de 2011), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

23. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	24.234	23.060	27.343	27.215
Varição monetária ativa	74	1.600	542	2.213
Descontos obtidos	7.830	3.497	7.830	3.497
Ajuste a valor de mercado	3.145	2.891	3.145	2.891
Juro recebido	4.517	2.805	4.517	2.805
Outras receitas financeiras	899	465	2.038	1.906
	40.699	34.318	45.415	40.527
Despesas financeiras				
Juros pagos ou incorridos	(21.539)	(33.053)		